

**MEC**



**Voto do analfabeto e  
educação**

14 85

**Presidente da República Federativa do Brasil**  
José Sarney

**Ministro da Educação**  
Marco Maciel

# Voto do analfabeto e educação

Ministro Marco Maciel

---

**A** alfabetização de toda a nossa população em idade capaz de dominar as técnicas de leitura e escrita compõe o quadro dos objetivos a serem atingidos nesta nova etapa da vida brasileira. Esforços em prol da alfabetização não se apoiarão, porém, na idéia da incapacidade do analfabeto.

A recente recuperação pelo analfabeto do direito de que usufruiu até o final do século passado, de participar da vida política como eleitor, é o atestado mais eloqüente de que deixamos para trás o preconceito apoiado sobre uma visão equívoca e distorcida das possibilidades do analfabeto. Como qualquer cidadão, o analfabeto desenvolve atividades econômicas, participa da vida social, constrói sua família que com freqüência se engaja ativamente na luta política. Diante do impacto dos meios de comunicação de massa, *ele tem a sua disposição um volume de informações que utiliza com o discernimento adquirido na luta diária pela sobrevivência. É, pois,*

despido de qualquer preconceito contra o analfabeto que o Governo Federal reconhece a importância da capacidade de ler e escrever.

O domínio das técnicas de leitura e escrita, abrindo as possibilidades de aquisição de uma cultura letrada, facilita uma integração na vida moderna, conduz a um novo patamar no que concerne à independência e à autonomia no campo político, facilita não apenas o exercício do voto, mas o amplo assumir da cidadania. Esta não se reduz à participação eleitoral, mas inclui a capacidade de recorrer às leis e de contribuir para a constituição de instâncias de poder, seja através da interferência junto ao Estado, seja por meio da organização das diferentes esferas da sociedade civil.

## **Eficiência na tarefa educativa**

Assim, a preocupação do Governo com a alfabetização não se esgota nela mesma, nem está dirigida apenas às populações adultas. No momento em que ele se volta para a área social e pretende universalizar o ensino básico, é preciso que a escola reconquiste a eficiência na tarefa alfabetizadora daqueles que se encontram em idade escolar. Só desta forma seremos capazes de reduzir substancial e duradouramente os índices de analfabetismo no País. Para educarmos uma criança, para completarmos a educação do adolescente e suplementarmos a educação do adulto, é preciso educar para as responsabilidades coletivas, para as responsabilidades políticas. Mas isto só não basta. O processo educativo é sobretudo o instrumento

que desperta as potencialidades do indivíduo. A educação deve permitir também o pleno exercício da dúvida, da especulação, da busca da verdade e da explicação que a curiosidade humana exige.

Uma sociedade de pessoas adequada e convenientemente educada é exatamente aquela em que os contrastes e as diferenças acentuadas não existem, porque, sendo todos igualmente dotados, passam todos a ter a mesma oportunidade de superar as diferenças que os separam. *Uma sociedade de cidadãos educados será uma sociedade de pessoas iguais em potencial de criatividade e desenvolvimento, capazes de ter o mesmo desempenho econômico e de produzir a mesma escala de bens.*

E esse é o grande desafio que a sociedade brasileira não venceu. É preciso pois que o Estado, que tem o dever constitucional de suprir a mesma educação para todos, dê a todos a melhor educação que lhe for materialmente possível.

Temos hoje 30 milhões de analfabetos; 19 milhões dos quais com idade acima de 18 anos. E esse número de analfabetos adultos não cessará de crescer, se não proporcionarmos ensino e educação a todas as crianças. Ou resgatamos, a partir de agora, esses números dramáticos ou continuaremos a agravar o terrível quadro social com o qual nos defrontamos ainda hoje.

Um desafio dessa natureza e desse porte não pode ser vencido apenas com os instrumentos frágeis e precários da vontade do Estado impessoal. *Esta é uma tarefa para toda a sociedade, para todas as instituições, para todos os homens, em todos os momentos.* E este é o sentido do projeto Educação para Todos, que constitui o fundamento da política educacional da Nova República, nos termos da opção social declarada pelo Presidente José Sarney.

# Novas propostas para a alfabetização

Nessa tarefa de extraordinária importância, a nação brasileira não só deve dispor de escolas em condições de receber a renovada e crescente população em idade escolar obrigatória, mas, também, contar com ações educativas para aqueles que a escola se mostrou incapaz de atrair, abrigar, ou alfabetizar. O Governo saberá ouvir a todos aqueles que tenham algo a oferecer para melhorar a eficiência da escola brasileira, de modo especial a escola pública, bem como para uma adequada programação voltada para a alfabetização e para a educação de adolescentes e adultos.

Com relação à educação de adultos, a ação alfabetizadora deverá completar-se com amplo programa, através do qual possam ser a elès oferecidas oportunidades diferenciadas de educação, uma alfabetização que sirva como ponto de partida para novas formas de identidade cultural e de integração plena na atividade econômica e na vida política.

É hora de discutir o assunto, para que desses debates e reflexões nasçam as linhas capazes de orientar novos programas oficiais e estimular as iniciativas no âmbito da sociedade civil. Neste momento de instauração democrática, o Governo propõe-se a promover uma reavaliação do que se fez no passado e a identificar novas propostas e diretrizes no terreno da alfabetização. Pois, consideramos, os ideais democráticos e liberais de um regime político estável, de uma ordem econômica justa e de uma ordem social solidária e fraterna só serão efetivados no dia em que a

educação para todos deixar de ser a mais importante de nossas metas para se transformar na mais palpável de nossas realidades.

---

**Artigo do Ministro Marco Maciel publicado em 1.º/10/85**



### **Série MEC/85**

- 1 – Governo, imprensa e educação
- 2 – Nova universidade
- 3 – Educação, liberdade e liberalismo
- 4 – Extensão universitária
- 5 – Uma política para os jovens
- 6 – Educação para Todos
- 7 – Novos tempos para a educação
- 8 – Prioridade para o ensino básico
- 9 – Ciência e democracia
- 10 – Liberdade de ensino
- 11 – Lei Áurea da educação
- 12 – Política do livro didático
- 13 – Movimento estudantil e reforma universitária



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**  
Esplanada dos Ministérios – Bloco L – 9.º andar  
Fones: 223-2209 – 223-9297

